

FACULDADE NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ

JOSÉ ENIVARDO MONTEIRO DE SOUSA

**HOMOFOBIA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DA ENFERMAGEM:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

MOSSORÓ/RN

2021

JOSÉ ENIVARDO MONTEIRO DE SOUSA

**HOMOFOBIA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DA ENFERMAGEM:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade Nova Esperança de Mossoró-RN como requisito para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof. Me. Cindy Damaris Gomes Lira

MOSSORÓ/RN

2021

Faculdade Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN.
Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

S725h Sousa, José Enivardo Monteiro de.
Homofobia familiar na percepção da Enfermagem: uma
revisão integrativa / José Enivardo Monteiro de Sousa. –
Mossoró, 2021.
46 f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Cindy Damares Gomes Lira.
Monografia (Graduação em Enfermagem) – Faculdade
Nova Esperança de Mossoró.

1. Homofobia familiar. 2. Violência. 3. Enfermagem. 4.
Agressões e lutas LGBTQI+. I. Lira, Cindy Damares Gomes.
II. Título.

CDU 176:616-083

JOSÉ ENIVARDO MONTEIRO DE SOUSA

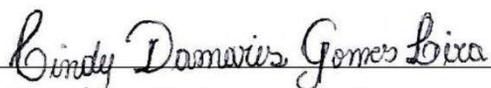
**HOMOFOBIA FAMILIAR N A PERCEPÇÃO DA ENFERMAGEM:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade Nova Esperança
de Mossoró-RN como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Enfermagem.

Orientadora: Prof. Me. Cindy Damares
Gomes Lira

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora



Prof. Me. Cindy Damaris Gomes Lira
Orientadora



Prof. Esp. Maria Júlia Sabino Costa
Membro Examinador



Prof. Me. Jamile Rodrigues Cosme de Holanda
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de grandeza e de reconhecimento de que nunca estamos sozinhos, por este motivo, agradeço imensamente a minha mãe Emilce Monteiro de Sousa por me ajudar nesse longo tempo,

À minha irmã Maria Eunice de Freitas pelo apoio e incentivo,

À minha irmã Juraci Monteiro de Sousa por ter me ajudado até aqui,

À minha amiga Louise Nathany por me acolher em sua casa quando precisei,

À minha sobrinha e afilhada Thaynara Emilly, pois foi por ela que tive força de batalhar para chegar ao fim do curso.

À minha amiga, Socorro Gomes, que tantas vezes não me deixou desanimar quando eu pensei em desistir de tudo.

Ao meu bom e amado Deus por ter me permitido ter saúde mental e física, além de coragem para não desistir durante a realização deste trabalho, apesar dos inúmeros desafios e das barreiras que enfrentei durante este curso.

À banca examinadora, por prestar relevantes serviços ao mundo acadêmico, em especial, às professoras Cindy Damaris Gomes Lira, Maria Júlia Sabino Costa e Jamile Rodrigues Cosme de Holanda.

À minha orientadora, Cindy Damaris Gomes Lira, de coração, eu agradeço por não desistir de mim e por me fazer perceber o quanto sou capaz. Obrigado por acreditar em mim e por despertar em mim esse desejo de ir além das minhas limitações.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram neste percurso.

RESUMO

A homofobia é uma das formas de agressões que são direcionadas às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuados. E esta agressão tem se intensificado a cada dia, mesmo que muitas leis tenham sido criadas e intensificadas para criminalizar estes atos. O preconceito é algo arraigado na sociedade, por esta razão, este estudo visou dissertar sobre o conhecimento da enfermagem a cerca deste tema, uma vez que o foco central buscou fazer um paralelo entre enfermagem e homofobia. A família deveria ser o local de maior apoio, contudo nem sempre esta é a realidade. Tem-se visto muitos noticiários relatos de fatos em que a própria família causou a agressão a pessoas pertencentes a esse grupo. Deste modo, é fundamental que os enfermeiros se aprofundem no tema e desmistifique tabus existentes sobre a homofobia. A escolha dos artigos ocorreu por meio dos critérios de inclusão versus exclusão. Portanto, trata-se de uma revisão integrativa sobre a representação da homofobia na vida das pessoas homossexuais e a percepção do enfermeiro sobre este fenômeno social. A metodologia utilizada partiu de uma pesquisa integrativa que visou dialogar e analisar o posicionamento dos pesquisadores numa escala de 10 anos sobre o assunto. Foram selecionados 99 artigos distribuídos pelos seguintes descritores: 22 sobre homofobia, 20 família e homofobia, 19 Leis e homofobia, 14 sobre enfermagem, 11 falando sobre violência e 13 sobre revisão integrativa. O estudo gerou três categorias para discussão: o olhar homofóbico em seus aspectos socioculturais, políticas de assistência à população LGBTQIA+ e violência e vulnerabilidade das pessoas LGBTQIA+: percepção e ação da enfermagem. Os resultados mostram o quanto à homofobia é destrutiva e o ao mesmo tempo o quanto a área acadêmica precisa debater sobre o assunto junto aos profissionais da saúde.

Palavras-Chave: Homofobia. Família. Violência. Enfermagem.

ABSTRACT

Homophobia is one of the forms of aggression aimed at Lesbians, Gays, Bisexuals, Transsexuals, Queer, Intersexuals and Asexuals. And this aggression has intensified every day, even though many laws have been created and intensified to criminalize these acts. Prejudice is something ingrained in society, and for this reason, this study aimed to discuss nursing knowledge about this topic, since the central focus sought to draw a parallel between nursing and homophobia. The family should be the place of greatest support, however this is not always the reality. There have been many news reports of facts in which the family itself caused aggression to people belonging to this group. Thus, it is essential that nurses go deeper into the topic and demystify existing taboos about homophobia. The choice of articles occurred through the inclusion versus exclusion criteria. Therefore, this is an integrative review on the representation of homophobia in the lives of homosexual people and the nurses' perception of this social phenomenon. The methodology used came from an integrative research that aimed to dialogue and analyze the positioning of the researchers on a 10-year scale on the subject. 99 articles were selected, distributed by the following descriptors: 22 on homophobia, 20 on family and homophobia, 19 on laws and homophobia, 14 on nursing, 11 on violence and 13 on integrative review. The study generated three categories for discussion: the homophobic look in its sociocultural aspects, care policies for the LGBTQIA+ population and violence and vulnerability of LGBTQIA+ people: perception and nursing action. The results show how much homophobia is destructive and at the same time how much the academic area needs to debate the issue with health professionals.

Keywords: Homophobia. Family. Violence. Nursing.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO.....	8
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
1.3 HIPÓTESE.....	13
1.4 OBJETIVOS.....	14
1.4.1 Objetivo Geral.....	14
1.4.2 Objetivos Específicos.....	14
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1 O QUE É A HOMOFOBIA?.....	15
2.2 A HOMOFOBIA NO ORDENADO JURÍDICO.....	16
2.3 A HOMOFOBIA NO ÂMBITO FAMILIAR.....	18
2.4 PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: APRENDENDO SOBRE HOMOFOBIA.....	20
3. MÉTODOS.....	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
4.1 O OLHAR HOMOFÓBICO EM SEUS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS	30
4.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO LGBT.....	32
4.3 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE DAS PESSOAS LGBT: PERCEPÇÃO E AÇÃO DA ENFERMAGEM.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE A.....	43
APÊNDICE B.....	45

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

“Toda forma de amor é válida”. Mesmo diante desta afirmação ainda vemos casos de desrespeito, no que concerne à orientação sexual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais *Queer*, Intersexuais e Assexuados (LGBTQIA+) junto a esta sigla acrescentaram o sinal de mais, que engloba todas as outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Mesmo com todos os recursos tecnológicos que a informática tem oferecido para facilitar o conhecimento, onde a ciência tem ajudado a esclarecer muitas dúvidas acerca da sexualidade, ainda assim tem-se visto registros de casos de homofobia no âmbito familiar aumentar significativamente.

Historicamente, a sexualidade humana tem como parâmetro a heterossexualidade como norma. Isso resultou na materialização de diferentes modalidades de preconceitos e, conseqüentemente, na imposição e naturalização da invisibilidade das práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros foram e são alvos de discriminação que se expressa na posição de rejeição assumida, na maioria das vezes, pela família; nos ambientes de trabalho e de participação política; nos ambientes escolares e universitários; nos espaços de lazer; de amizade e em praticamente todas as dimensões da existência humana. (GOMES; REIS; KURASHIGE, 2014,p. 145).

Muitas crianças, adolescentes e adultos passam por inúmeras circunstâncias de constrangimentos e agressões (verbais e físicas) por algum familiar. Perceber que essas atitudes homofóbicas, além de serem retrógradas, são criminosas e que suas ações devastam vidas é uma tarefa que para muitos parece ser algo difícil. Nesse sentido, conscientizar as pessoas tem sido uma tarefa árdua, porém, esta ação é válida, visto que muitas instituições ou associações tem buscado realizar tal conscientização. Na tentativa de salvar vidas, uma vez que o Brasil é o país que mais mata essa população (SHIHADDEH; PESSOA; SILVA, 2021).

Antes de adentrarmos de maneira mais aprofundada no cerne da violência sofrida pela população que foge aos ideais da normatividade. É importante que conheçamos de forma conceitual os termos identidade de gênero, bem como o que significa a sigla LGBTQIA+. Para a ciência biológica, o que determina o sexo de uma pessoa é o tamanho das suas células reprodutivas (pequenas: espermatozoides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea), e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz

isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e isso muda de acordo com a cultura de que falamos. (JESUS, 2012).

Os atos de homofobia movidos por parentes estão cada dia mais comuns e cruéis e isto tem configurado o centro de altos debates, pois, a família deveria ser a instituição ou o ambiente que praticasse o amor, no entanto, em alguns casos esta por razões injustificáveis fazem o inverso. Em alguns casos, há o sentimento de abandono, como se não houvesse interesse ou desejo de outra pessoa em construir um vínculo afetivo. A tais ideias, amalgama-se um sentimento de que o próprio destino fracassou em construir caminhos de vida que são aparentemente comuns à maioria dos sujeitos. Alguns deles apontam que a vontade de morrer não é necessariamente uma vontade de se suicidar (NAGAFUCHI, 2018). De acordo essa citação, esses são relatos de pessoas LGBTQIA+ que vivenciam constantemente atos de violência, seja em casa ou na rua. O que nos faz refletir na falta de empatia, uma vez que a diversidade sexual perpassa os níveis de escolha social, sendo parte da biologia, tendo em vista que a espécie humana não é a única que apresenta comportamento homossexual.

A diversidade sexual pode ser normalizada, ao compreender e aceitar que a humanidade apresenta similaridade biológica, mas, em relação às convenções sociais adotadas por cada comunidade e cultura, há enormes diferenças em suas expressões. Isso porque a estruturação de cada organização social passa pela elaboração de fundamentos, normas e sistemas a ela inerentes, os quais se distinguem dos criados por outros grupos. (SILVA et. al., 2016).

No entanto, gênero se refere a formas de se identificar e de como a pessoa prefere ser tratada, seja como homem ou mulher, independentemente do sexo de nascimento. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual. (JESUS, 2012).

Portanto, toda e qualquer forma de repressão e opressão direcionadas às pessoas LGBTQIA+ deverá ser caracterizada como homofobia, haja vista que o livre direito de escolha quanto ao fato de assumir publicamente ou não sua sexualidade é um direito de cada cidadão e neste sentido, a Constituição Federal de 1988 os ampara e ainda conforme afirma Shihadeh, Pessoa, Silva (2021). Atos agressivos direcionados às pessoas por conta de sua sexualidade ou por qualquer outro motivo precisam ser denunciados.

A cerca do conceito e explicação do significado das siglas que representam os homossexuais de modo geral é pertinente dizer que houve mudanças. Antes havia somente três letras GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), hoje esta sigla está bem mais abrangente, elas aumentaram, de modo a ser constituída pelas letras LGBTQIA+, a qual já foi citada anteriormente. Bortolletto (2019) em sua pesquisa de Especialização em Gestão e Produção Cultural, cita que:

Com a revelação de outras homossexualidades que ainda se mostravam distintas daquelas que eram representadas, novas siglas foram nascendo, novos termos e novos conceitos. Foi no ano de 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da comunidade. Posteriormente, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornaria a denominação oficial, conforme aprovado pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Mesmo que uma decisão recente, a sigla continua em mudança. Nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar novas homossexualidades, como o “i” de intersex, o “q” de queer e o “a” de agêneros e assexuados (BORTOLLETO, 2019. p. 10).

Dentro do contexto da violência, a homofobia é uma atitude de hostilidade para com os homossexuais. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que começou a figurar nos dicionários europeus. Embora seu primeiro elemento seja rejeição e racional o mesmo ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo são manifestações arbitrárias que consistem em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos. (BARRILLO, 2015).

Falar em diversidade sexual é sem sombra de dúvidas, entrar no íntimo das pessoas. Pois, trata-se de uma temática que envolve o ser por completo, a religião, cultura, valores, entre outras questões. São paradigmas construídos ao longo da história, que vem perpassando por diferentes gerações. (SILVA et. al., 2018). Ao entrar nesta área íntima, busca-se conhecer as dificuldades que estes indivíduos enfrentam, haja vista que o direito à liberdade de manifestar ou não a sexualidade também é uma garantia.

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, bem como crueldades diretas e

indiretas, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa acometida, ou podem até acabar com a existência daquela pessoa. (SHULMAN, 2010).

O processo de educação no seio familiar, como em todos os outros ambientes é baseado em um modelo heteronormativo de sociedade, na qual todos os outros modelos são marginalizados para causarem a impressão de não serem naturais, bem como há uma forte tendência a tornar essa população invisível ou inexistente. (SANTOS; GODOY, 2019).

Para a área da saúde interessa a abordagem das violências enquanto um processo social. Contudo, nesse debate não reduzimos essa abordagem da área à problematização de modelos de assistência às vítimas de diferentes violências, mas buscamos auxiliar no desenvolvimento de estratégias de prevenção do fenômeno, incluindo-o na agenda de debates e de reflexões sobre como intervir em sua complexidade (NATARELLI, et. al., 2015).

1.2. JUSTIFICATIVA

Na área da enfermagem, além dos temas vistos no cotidiano, tem-se conhecimento também de diversos casos de pessoas que são agredidas fisicamente, algumas que ficaram com graves sequelas e muitas perderam suas vidas. Grande parte destas vítimas são pessoas homossexuais, que em alguns casos são marginalizadas e estigmatizadas por uma sociedade que prega o ódio gratuitamente a essa população.

No exercício da profissão de enfermeiro, no espaço em que ocupo na sociedade como pessoa LGBTQIA+, presenciamos diversos casos de agressões, seja no âmbito familiar ou mesmo nas ruas. Diante disso surgiram inquietações que nos direcionam a pensar acerca da real motivação que conduz um ser humano a agir de forma agressiva, e de que modo nós enquanto profissionais de saúde podemos intervir a fim de melhorar a perspectiva de quem sofre essas agressões.

Na cidade onde reside o acadêmico, Limoeiro do Norte, localizada no Vale do Jaguaribe, interior do Ceará, esta realidade não é diferente. Os casos de homofobia têm aumentado na mesma proporção em que há o surgimento de relatos sendo noticiados na mídia e nas redes sociais com frequência. Ao contrário do que se esperava há anos (que haveria uma redução destes casos à medida que seriam notificados), pois ao serem noticiados e denunciados se esperava que os agressores passassem a temer a justiça. No entanto, esta realidade não sofria

mudanças significativas, até que em julho de 2019, a Corte Suprema decidiu por 08 votos a 03, e entendeu que a homofobia e a transfobia enquadram-se no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que também criminaliza o racismo.

Com a aprovação da lei que criminaliza a homofobia, atos que antes passavam por despercebidos passaram a ser debatidos na sociedade e isto tem ajudado a fortalecer as políticas de proteção aos homossexuais. Contudo, mesmo com esses mecanismos de proteção, ainda assim são notificados casos de homofobia e há muita resistência por parte das autoridades policiais em reconhecer os direitos à proteção que é garantido às pessoas LGBTQIA+, na medida em que a lei relata esses direitos.

Tem-se visto que nos últimos tempos as famílias tem cultivado a intolerância com maior ênfase ao que concerne a sexualidade dos filhos, pois esta que deveria ser o centro de maior acolhimento e respeito tem sido um dos locais de maiores casos de agressões.

No caso do filho ou filha de orientação sexual homossexual passar a ter seu próprio sustento, e o vínculo financeiro se desfazer, poderia, talvez, fazer o vínculo afetivo sobressair ou, ao contrário, a homofobia parental romper finalmente os laços. Frequentemente muitos homossexuais se afastam de suas famílias ao conquistarem sua independência material. E, também, frequentemente, muitos homossexuais permanecem ligados à sua família por uma ilusão de vínculos de amor “naturais”, mas que em realidade são vínculos financeiros e de dominação sobrepostos por uma homofobia familiar consentida (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2014, p. 135).

Uma releitura do conceito "família" precisou ser feita através de outros pesquisadores e a palavra "tolerância" precisa ser mais discutida na sociedade atual, deste modo, é válido relatar que boa parte dos atos homofóbicos parte da intolerância em relação à sexualidade alheia.

Por assim acreditar, a homofobia se aproxima de outras formas de discriminação como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, pois consiste em considerar o outro (no caso a população LGBTQIA+) como desigual, inferior, anormal entre outros. Além disso, como qualquer outra forma de intolerância, a homofobia se articula em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, configurando-se como um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças, fato este que justifica a exclusão e a dominação de uns sobre outros. (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014).

Diante deste contexto viu-se a necessidade de construir esse trabalho acadêmico, visto que na profissão de enfermagem será possível que em algum momento o profissional da

enfermagem se depare com relatos destas realidades, pois muitos pacientes procuram os consultórios médicos ou os Postos de Saúde da Família e acabam relatando alguns casos.

Por estes e tantos outros motivos é pertinente discutir com mais amplitude este tema, uma vez que ao debatermos sobre a questão pontuada teremos a possibilidade de contribuir com novos diálogos, acerca do assunto homofobia familiar.

1.3 HIPÓTESE

A falta de diálogo nas famílias acerca do tema preconceito e homossexualidade geram alguns problemas na vida desses indivíduos que "optaram" por assumir a sua sexualidade para os demais membros da família, como forma de expressar livremente aquilo que ela realmente é. Esta falta de diálogo, juntamente com a cultura do ódio que é o que leva aos casos de homofobia.

O ser humano como sistema vivo é um sistema auto-organizador, também pode ser visto como um sistema, mas quando se trata de família, é uma parte, que a influencia e por ela é influenciada. Por assim entender a complexidade do tema, é de suma importância, compreender que as famílias necessitam mudar suas posturas quando estas se tornam agressivas com seus filhos, sobrinhos, primos, tios, ou qualquer outro membro da família pelo simples motivo de sua sexualidade ser vivida de forma libertária (SILVA et. al., 2015).

Perceber a real importância do profissional de enfermagem frente aos casos de homofobia, casos estes que muitas vezes são movidos por familiares, é uma oportunidade que este profissional da saúde tem de promover a igualdade da pessoa humana, uma vez que o assistencialismo que estes profissionais prestam, através dos serviços de saúde, aos cidadãos é primordial. No entanto, é preciso que hajam mais debates acerca desse tema, visto que a empatia para com os LGBTQIA+ ainda é um tabu para esta sociedade heteronormativa.

Nesta perspectiva este estudo buscou dialogar com outros autores que versaram sobre o mesmo tema através de uma revisão integrativa da literatura. Visto que o “o enfermeiro da Atenção Básica deve buscar novas capacitações para acolher e cuidar melhor da população LGBTQIA+, e o sistema público de saúde também precisa oferecer educação continuada, para que esses profissionais possam atender de forma mais qualitativa” (OLIVEIRA et. al., 2017).

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Realizar uma revisão integrativa acerca da atuação do profissional de enfermagem no que concerne a violência proferida no âmbito familiar à população LGBTQIA+.

1.4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Investigar os efeitos nocivos da homofobia na vida dos homossexuais e como a enfermagem pode atuar minimizando os possíveis danos;
- ✓ Conhecer os principais fatores que predispõe a homofobia no âmbito familiar;
- ✓ Identificar como o enfermeiro, enquanto profissional de saúde, pode atuar no combate à homofobia a partir da conscientização das pessoas de um modo geral.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O QUE É A HOMOFOBIA?

Sendo a sexualidade humana uma dimensão relevante na construção da individualidade, qualquer tentativa de obstaculizar a vivência afetivossexual entre pessoas do mesmo sexo configura-se concretamente como violação dos direitos humanos. Em nossa realidade, podemos afirmar que esta violação se expressa na homofobia, lesbofobia, transfobia, entre outras. Que se estruturam como práticas socioculturais e ideológicas profundamente enraizadas e perpetuadas a cada geração. (GOMES, REIS, KURASHIGE, 2014).

A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas que ridicularizam o indivíduo afeminado: no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à extermínio, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. se seus atos sexuais e afetivos são tidos como crimes, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. (BARRILLO, 2015. p. 18).

A homofobia confessa a existência de participantes e não participantes no esquema da heterossexualidade obrigatória, mas não pode subscrever a proposição da heterossexualidade obrigatória, segundo a qual lhe faria falta sujeitos desviados como forma de legitimação de si mesmo, porque isto serviria para demandar a colaboração do mesmo setor, que pretende eliminar, por ser o outro ilegítimo, o tabu da primazia da dissidência. (SILVA; ORTOLANO, 2015).

A imputação de estigma às pessoas LGBTQIA+ ainda é frequente na sociedade brasileira, apesar dos avanços conquistados, como a união estável homoafetiva, sua possível conversão em casamento civil, à possibilidade de adoção de crianças e as paradas LGBTQIA+, etc. As recentes conquistas e a maior visibilidade não foram capazes de dirimir os preconceitos. A violência simbólica pode levar à violência física, identificada nos assassinatos e suicídios de pessoas LGBTQIA+. Nesse ponto poderia haver uma relação entre a violência física e a demonização das sexualidades não normativas presente no discurso de algumas religiões. (DANTAS; PEREIRA-NETO, 2015).

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro (a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das (dos) presidiárias (os), dos (as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra as mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina. (DINIS, 2011.p. 41).

Segundo as afirmações do autor, é raro vermos um político defender a população LGBTQI+ publicamente, a não ser que este seja pertencente ou simpatizante da classe. Desse modo, há um silenciamento ao que concernem os debates sobre temática apresentada, fato que contribui ainda mais para o desconhecimento do tema e conscientização da população geral. Bem como a perpetuação de costumes e práticas conservadoras que nos direciona a um cenário de violência eminente (SILVEIRA, 2018).

2.2 A HOMOFOBIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

O ordenado jurídico desde muito tempo tem se debruçado sobre o tema lgbtfobia, visto que a discriminação e homofobia já existem há muito tempo. De modo que é pertinente destacar que nos últimos tempos houve uma releitura deste tema e só a partir de então passou-se a pensar neste assunto como um agravo e um atentado a dignidade humana.

Ao longo dos séculos, as práticas sexuais foram consideradas “corretas” e “incorretas”, “saudáveis” ou “doentias”, assim estipulando todo um aspecto de desenvolvimento “normal” e “anormal” para o sexo. Por meio de postulações da religião judaico-cristã, o sexo deveria manter-se recluso, afastado do meio social e mantido no campo da individualidade, porém deveria também ser falado no confessionário diretamente a um membro da igreja, mantido sob sigilo e controle. O sexo poderia manter um aspecto correto ou “saudável” quando se enquadrava nos moldes do que hoje se chama de heterossexualidade. A relação entre homem e mulher era vista e perpetuada pelo discurso como a correta e, por consequência, mantinha toda e qualquer outra experiência sexual como inadequada (TEIXEIRA, 2019. p. 15).

O problema ocorre porque em muitos casos há uma invasão da liberdade de escolha, liberdade de expressão, liberdade de ser quem o indivíduo realmente deseja ser. Este paradigma

precisa ser quebrado, uma vez que a própria Constituição Federal que é a Carta Magna da República Federativa do Brasil garante a livre escolha de ser e de se manifestar sexualmente (BRASIL, 2019). E no que diz respeito a visão do senso comum em relação a temática aqui apresentada:

As sexualidades sempre foram vistas e pautadas por normas de cunho heterossexistas, o que é chamado de heteronormatividade ou heterossexismo. É por isso que os comportamentos que desviam desse padrão são considerados e vistos como anormais, ou seja, não aceitáveis. Embora a sexualidade seja um fator complexo e talvez não esgotado atualmente, não se tem total conhecimento de todos os fenômenos que a compõem. A moral já ditou o que deve ser certo e o que deve ser errado, e as relações LGBTs fogem do tradicional e, por isso, são consideradas como um ato errado. Contudo, é de difícil articulação quando o desejo individual de cada pessoa não coincide ou não é o mesmo que a visão da maioria da sociedade. Este conceito do que é normal e daquilo que é anormal advém da tradição da construção da família, formação social e historicamente associada a casamento e filhos, em que se supõe sempre uma relação que seja heterossexual, não homossexual por conta do argumento da reprodução. (SILVEIRA, 2018. p. 25).

O cerne dos problemas relacionados à homossexualidade está pautado na supressão dos direitos dos indivíduos LGBTQIA+, haja vista que a sociedade brasileira incutiu na cabeça que tudo que foge da heteronormatividade merece a repulsa destes. Essa visão preconceituosa e discriminatória em tempos atrás já foi considerada “normal” e aceitável pela sociedade. Hoje é importante lembrar que estas atitudes são consideradas crimes.

Do ponto de vista jurídico é preciso ressaltar que ainda há muita falta de esclarecimentos por parte da comunidade LGBTQIA+ sobre o que é a homofobia, como ela se enquadra no crime de racismo e como procurar a justiça quando a discriminação acontecer. As mídias têm noticiado com mais frequência estes casos, os cidadãos ao presenciarem tais fatos têm se posicionado contra, gravando vídeos, expondo os homofóbicos, transfóbicos e fazendo com estes casos ganhem repercussão nas mídias sociais.

Ao criminalizar a homofobia, temos diversos pontos positivos: o direito à vida, bem indisponível, direito a igualdade de ser tratado independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero e de outra forma de discriminação à liberdade, exercer o direito de ir e vir sem sofrer quaisquer atos de violência. Todos estes Direitos estão elencados a nossa Constituição, e não criminalizar a homofobia é uma afronta à Constituição da República Federativa do Brasil, na qual é batizada de Constituição Cidadã, onde traz a Dignidade da Pessoa Humana como um de seus principais princípios constitucionais (CARVALHO; TAVARES, 2018).

Tomando a citação dos autores acima, é pertinente dizer que em junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (13), por 8 votos a 3, permitir a criminalização da homofobia e da transfobia. Os ministros consideraram que atos preconceituosos contra a população LGBTQIA+ devem ser enquadrados como crime. Conforme a decisão da Corte: "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito" em razão da orientação sexual da pessoa poderá ser considerado crime; a pena será de um a três anos, além de multa; se houver divulgação ampla de ato homofóbico em meios de comunicação, como publicação em rede social, a pena será de dois a cinco anos, além de multa; a aplicação da pena de racismo valerá até o Congresso Nacional aprovar uma lei sobre o tema. (OLIVEIRA; BÁRBIERI, 2019).

2.3 A HOMOFOBIA NO ÂMBITO FAMILIAR

O acolhimento familiar parte do pressuposto que o bem-estar e a educação de uma criança são melhores prosseguidos num ambiente familiar. Se a criança tem o seu desenvolvimento ameaçado no seu contexto de vida, regra geral junto da sua família biológica será preferível encontrar-lhe uma família de substituição, que a integre num grupo constituído por um pequeno número de pessoas, que partilhem entre si laços de afetividade e de privacidade. (DELGADO; CARVALHO; S-PINTO, 2014).

A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família. (BIROLI, 2014. p. 7).

Sendo assim, a família, instituição por meio da qual, valores e crenças são perpetuados em relações carregadas de emoções, se configura como espaço no qual as regularidades objetivas da vida cotidiana passam a ser incorporadas espontaneamente por seus membros. Portanto, ela não está isenta a influência da heteronormatividade, atuando, ao contrário, como um eficiente dispositivo de reprodução e reiteração da norma e da repetição das

formas de discriminação e violência que podem ser visualizadas em contextos mais amplos da sociedade em geral. (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014).

É curioso notar que o modelo pelo qual a ideia de família se origina a partir do matrimônio entre um homem e uma mulher é o modelo tido como tradicional e original ainda nos tempos de hoje. E é por causa desse “padrão” fechado e retrógrado que irão nascer os mais variados tipos de preconceitos frente às transformações e os novos arranjos familiares. (GAMAZON, 2018).

A sociedade brasileira não consegue conviver pacificamente com a ideia de existirem outras estruturas familiares, de modo que essa visão fechada do que seja família é sem dúvida um fator preocupante. Desse modo é necessário aprofundarmos ainda mais nossas leituras acerca deste conceito, afinal, família são as pessoas que amam e acolhe e não somente os parentes com laços sanguíneos.

Contudo, já faz um bom tempo que este modelo de família tradicional (pai, mãe, filhos) já não é o único a ser considerado. Biroli (2014) acrescenta que:

Os padrões nos arranjos familiares no Brasil se modificaram bastante nas últimas décadas. Quando se compara o Brasil de hoje ao de meados do século XX, as pessoas se casam mais tarde, especialmente as mulheres, e se separam com mais frequência. Elas têm em média menos filhos do que antes e as crianças, em um número cada vez maior, crescem em ambientes domésticos que estão muito distantes do padrão da família nuclear – o das famílias dos comerciais de televisão, formadas por pai, mãe, um filho e uma filha, todos sorridentes e juntos nos momentos das refeições e do consumo. A posição de mulheres e homens também se modificou tanto nas relações sociais em sentido mais amplo quanto na esfera doméstica. (BIROLI, 2014, p. 24).

Compreender que há uma variedade nos formatos das famílias é de suma importância para que se perceba que a pluralidade dos arranjos familiares é uma realidade e que, portanto, precisa ser respeitada em sua totalidade.

Assim, a necessidade de respeito e reconhecimento por parte da família se faz totalmente necessária aos modos de subjetivação dos sujeitos, e ao vínculo idealizado como estruturador da família moderna é um vínculo afetivo de amor. O que observamos é que o ser humano necessita de respeito e, por isso, a família, com todas suas transformações e justamente por conta delas, permanecem sendo uma instituição de grande peso para os sujeitos do momento histórico atual. (TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013).

Ainda assim, a luta dos homossexuais para ter seus direitos garantidos frente à Constituição, é depreciada por determinados grupos sociais. Tais grupos criticam a criação de leis específicas com o objetivo de garantir direitos como, legalizar o casamento, constituir família, ter filhos, dividir o plano de saúde, entre outros direitos (GROSSI, 2003 *apud* COSTA; MACHADO; WAGNER, 2015).

A procura por amigos, como a segunda forma de reação à violência, sugere que essa seja uma alternativa para encontrar amparo nas relações sociais, como uma estratégia de enfrentamento dos problemas, reforçando, dessa maneira, a importância do apoio social e familiar. LGBTQIA+ (ALBUQUERQUE et. al., 2016).

2.4 PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: APRENDENDO SOBRE HOMOFOBIA

O profissional de enfermagem tem papel fundamental no conceito de cuidar. Fica evidente que os profissionais devem saber trabalhar com os conceitos da não heterossexualidade com respeito, prestando um cuidado autêntico, igualitário e sem preconceitos, pois isso repercute diretamente no acesso à saúde da população LGBTQIA+. (GONÇALVES, 2017).

Um elemento importante a ser destacado é o entendimento que ACS, que embora seja um profissional da equipe de saúde, também é membro da comunidade, e, portanto, durante a atividade percebeu-se a existência de vínculos afetivos difíceis de serem dissociados. Prevaleram influências geradoras de benefícios como empatia e solidariedade, porém por vezes também podemos observar críticas, sobretudo, com embasamento da religiosidade e suas doutrinas, ainda enxergando a prática sexual entre pessoas do mesmo gênero como inadequada e que não deveria ser estimulada. (ALBUQUERQUE, BOTELHO, RODRIGUES, 2019).

A sexualidade, porém, ainda não são compreendidas como deveriam, enquanto orientações sexuais são entendidas apenas como sexualidade, sendo baseada no modelo heteronormativo, com o binômio mulher-homem. O que é reafirmado com o ensino de saúde sexual e saúde reprodutiva, que sempre aparecem como uma preocupação em procriação, não como uma preocupação social que afeta diretamente a saúde (LIMA, 2016).

A violência verbal, aquela que utiliza de palavras como meio de agressão, humilhação, exclusão, no caso do adolescente homossexual, também se baseia na relação de poder e domínio do agressor sobre a vítima, podendo levá-lo a não aceitação de sua própria

orientação sexual e a quadros e comportamentos que indicam algum sofrimento psíquico. (NATARELLI et. al., 2015).

A discussão sobre os Direitos Humanos vem adensando o debate na academia como também na mídia, entretanto, é necessária a ampliação dessa discussão. Quando se aborda os Direitos Humanos, é importante analisar o sistema que o mesmo está incluso, no caso do capitalismo a proposta universal vai de encontro aos seus limites estruturais (LEANDRO et. al., 2016).

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), assegura a população um elenco de direitos considerados básicos à vida digna, os chamados Direitos Humanos. A saúde sexual e a saúde reprodutiva representam uma conquista histórica, e é fruto da luta pela cidadania e pelos Direitos Humanos. Porém, garantir esses direitos não é uma tarefa simples, esse é um desafio para os países que se regularizam nos marcos teóricos, políticos e jurídicos no campo da saúde. Contudo, é necessário desenvolver a assistência para outras dimensões que apontem para a importância da interdisciplinaridade, e da integralidade das ações de prevenção que contemplem a saúde sexual em diferentes momentos do ciclo de vida e também para promover o efetivo envolvimento e corresponsabilidade da população. (SILVA, et. al., 2018. p. 3).

Para os LGBTQIA+, preconceito e discriminação acarretam na negação de direitos, sejam eles, sexuais, reprodutivos ou sociais, tanto na saúde como na educação. Materializa-se de forma violenta, seja ela, física, verbal ou cultural, e em alguns casos, pode-se denominar como lesbofobia, homofobia ou transfobia, tendo como termo central a homofobia para designar o preconceito contra esta população. Em suas expressões, agregam valores fundamentalistas, machistas, de repulsa e hostilidade contra pessoas que se relacionam com o mesmo sexo, ou podendo atingir, também, heterossexuais, na forma de proibição da afetividade fraternal entre iguais (SILVA et. al., 2016).

É preciso garantir a igualdade no acesso a saúde em uma perspectiva integral, livre de preconceitos, com qualidade e onde a orientação sexual e a identidade de gênero não sejam determinantes negativos a essas garantias. (OLIVEIRA et. al., 2017).

Os sentidos atribuídos às necessidades e aos cuidados de saúde das populações LGBTQIA+ estão imersos numa rede contínua de enfrentamentos, negociações, legitimações e transformações, que podem aproximar ou afastar esses sujeitos dos serviços, e por isso é necessária uma discussão mais ampla e permanente nos aparelhos formadores e nos processos de educação em serviço (FERREIRA; BONAN, 2020).

Os adolescentes homossexuais encontram-se em situação de vulnerabilidade e são expostos a diferentes tipos de violência. A saúde dessa população é afetada pela homofobia, que provoca quadros e comportamentos que caracterizam sofrimento mental e interfere na adoção de comportamentos e hábitos de vida saudáveis. A contribuição original deste estudo, nesse sentido, reside na problematização de práticas de cuidado e atenção integral à saúde, direcionadas aos adolescentes homossexuais, destacando o enfermeiro como profissional estratégico para a propagação desse tipo de práticas. (NATARELLI et. al., 2015).

Percebem-se, nesse campo específico, avanços em programas e políticas públicas. Entre eles, destacam-se: o programa Brasil sem Homofobia, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde e a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Entretanto, apesar das boas perspectivas das ações propostas por essas políticas e programas, a efetivação das mesmas ainda configura-se como desafiadora. As consequências da homofobia e da heteronormatividade institucional, caracterizadas pelos atendimentos discriminatórios, são as principais causas da exclusão da população pesquisada dos espaços de saúde. (ALBUQUERQUE et. al., 2013).

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Primeiramente, deve-se considerar que a escolha de um tema está relacionada tanto quanto for possível com o interesse do estudante. Muitas das dificuldades que aparecem neste momento decorrem simplesmente do fato de não apresentarem interesse pelo aprofundamento em qualquer dos temas com que tiveram contato ao longo do curso de graduação ou mesmo de pós-graduação. Para escolher adequadamente um tema, é necessário ter refletido sobre diferentes temas (GIL, 2002).

O estudo realizado versa sobre a homofobia familiar e configura-se como revisão integrativa e que também contou com uma revisão de material bibliográfico. Nesse sentido, Soares (et al., 2013) diz que:

A Revisão Integrativa configura-se, portanto, como um tipo de revisão da literatura que reúne achados de estudos desenvolvidos mediante diferentes metodologias, permitindo aos revisores sintetizar resultados sem ferir a filiação epistemológica dos estudos empíricos incluídos. Para que esse processo concretize-se de maneira lógica, isenta de desatinos epistemológicos, de critérios para o check-list da RI. (SOARES et al., 2013. p.2).

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. (LIMA; MIOTO, 2007).

No tocante a pesquisa descritiva, Gil (2002, p. 42) relata que: Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que apresenta um melhor conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Quanto ao percurso metodológico que foi adotado, o mesmo foi indicado por Koller, Couto e Hohendorff (2014) apresentaram oito etapas básicas que podem servir como um guia durante todo o processo de construção desse trabalho: 1. Delimitação da questão a ser pesquisada; 2. Escolha das fontes de dados; 3. Eleição das palavras-chave para a busca; 4. Busca e armazenamento dos resultados; 5. Seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; 6. Extração de dados dos artigos selecionados; 7. Avaliação dos artigos; 8. Síntese e interpretação dos dados (KOLLER; COUTO, HOHENDORFF, 2014).

Deste modo, a pergunta norteadora que direcionou o estudo versou sobre as razões que motivam a homofobia no ambiente familiar e como o profissional enfermeiro pode prestar assistência (no seu local de trabalho) às pessoas que sofrem com tal violência.

A busca na literatura se deu entre os meses de janeiro a março de 2021, realizada nas seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), BDENF (Bases de Dados de Enfermagem) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Para a busca, foram utilizados os descritores presentes no vocabulário preconizado DECS (Descritores em Ciências da Saúde), serão eles: homofobia, família, violência, enfermagem.

Os descritores foram separados pelo operador booleano AND, oportunamente alinhando os artigos escolhidos para a pesquisa. A busca na literatura foi direcionada por um protocolo (APÊNDICE A) que contém o objetivo da busca, questão norteadora, as bases de dados

a serem acessados, os descritores/palavras-chave, os cruzamentos a serem realizados, e critérios de inclusão e exclusão.

Assim, os critérios de inclusão foram: materiais que contemplassem os descritores citados e que estivessem de acordo com os objetivos da pesquisa. Quanto aos critérios de exclusão: não foram utilizados materiais fora dos anos estipulados e que não contemplem os descritores mencionados. A escolha de artigos utilizados se deu dentro de um lapso temporal que abrange os últimos 10 anos, ou seja, de 2010 a 2020, isto ocorreu em razão da necessidade de compreender a existência de eventuais mudanças nos fatores que interatuam na busca dos homens aos serviços de saúde.

Contudo, foi aplicado o teste de relevância com a questão norteadora e os critérios de inclusão e exclusão, primeiramente no título. Após esta etapa, cada artigo selecionado no primeiro momento foi analisado em resumo e texto completo, fazendo a triagem de relevância para o conteúdo da pesquisa. Posteriormente a seleção dos artigos, os dados dos estudos selecionados foram extraídos com o auxílio de um quadro sinótico, instrumento construído e validado por Ursi e Galvão (2006), adaptado para as peculiaridades desta temática (APÊNDICE B). Este instrumento contém os seguintes itens: identificação do artigo por título/autores/anos de publicação, base de dados/periódico, população estudada/abrangência do estudo, resultados e considerações.

Para a construção deste estudo acadêmico foram selecionados 30 artigos. Destes 30 arquivos foi possível verificar que 07 deles versavam sobre: saúde mental, suicídio e assistência à saúde; 04 abordaram sobre a homofobia internalizada; 07 relatavam sobre identidade, trabalho, apoio social e concepções homofóbicas; 06 abordou sobre políticas públicas, violência, vulnerabilidade, compreensão e debate político sobre LGBTQIA+, 06 discutiram sobre a relação entre preconceito e crenças, ideologia de gênero, repertório linguístico e redes de ódio no Facebook.

A seleção dos artigos foi desenvolvida em três fases, na 1ª (primeira) fase o número de artigos potencialmente relevantes para a pesquisa foi de 99 artigos (22 no MEDLINE, 15 no LILACS, 20 no BDNF e 42 no Scielo). Já na 2ª (segunda), entre os 30 artigos selecionados entre o referencial teórico e a revisão integrativa, que após a leitura dos resumos e resultados, 69 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Por fim, na 3ª (terceira) fase foi realizada uma nova filtragem, além da leitura completa dos artigos, onde 20 foram excluídos,

restando 10 artigos que se adequaram em todos os critérios de inclusão elencados pelo trabalho apenas para a análise de resultados.

A análise dos dados se deu de forma minuciosa, com interpretação organizada em categorias de discussão sobre a homofobia familiar e atitudes do profissional de enfermagem diante desses casos de homofobia. O estudo em tela teve sua base na literatura científica atualizada pertinente ao tema. Ao se propor utilizar dados secundários de domínio público, justifica-se a desnecessidade de submissão prévia ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos, o pesquisador obedeceu aos critérios éticos exigidos para a publicação de dados reais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de compreender este fenômeno pela óptica acadêmica, uma vez que as pesquisas podem apontar convergências ou divergências de compreensão, por este motivo é pertinente observar os variados apontamentos.

Com vistas a intensificar a obtenção e análise dos dados, utilizou-se de um instrumento construído e validado por Ursi e Galvão (2006), adaptado para as peculiaridades desta temática. O instrumento apresenta diversas informações, porém não foi feito uso de todos os recursos. Descreveram-se os achados em quadro sinóptico nas seguintes variáveis: identificação do artigo por título/atores/anos de publicação, base de dados/periódico, população estudada/abrangência do estudo, resultados e considerações.

Quadro sinóptico¹ - Especificações dos artigos utilizados na revisão integrativa

QUADRO SINÓPTICO				
Nº Art.	Título/atores/anos de publicação	Base de dados/ Periódicos	População estudada/ abrangência do estudo	Resultados e considerações.
Art. 1	Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as. GASPODINI E FALCKE (2019)	SciELO Estudos Interdisciplinares em Psicologia	População: Investigou-se como pesquisadores/as brasileiros/as em Psicologia. Abrangência: A abrangência volta-se para a diversidade sexual e de gênero entre janeiro/2006 e junho/2016.	Resultados: Considera-se que estudos brasileiros sobre preconceito contra pessoas não heterossexuais ou não cisgêneras apresentam alguns problemas teóricos e metodológicos. Considerações: O uso de termos inadequados em alguns estudos representa um impedimento no avanço de desenvolvimentos teóricos dos estudos sobre

¹ Instrumento construído e validado por Ursi e Galvão (2006), adaptado para as peculiaridades desta temática em pesquisa.

				sexualidade.
Art.2	Sexismo, misoginia e LGBTQ fobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. CORTEZ et al., (2019)	LILACS PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva.	População: População feminina e GBTQs. Abrangência: Sua abrangência se dá nos mais diversos contextos sociais.	Resultados: A violência com mulheres e LGBTQs nos diversos contextos laborais, praticada por chefes, colegas, clientes, entre outros sujeitos. Considerações: Apresenta-se como elemento crucial a organização social e profissional de grupos para promoção de Direitos Humanos e práticas inclusivas nesses setores como forma de impactar de forma concreta nas esferas supracitadas.
Art.3	Narrativas fora do armário: a identidade sexual de homens gays na cidade. ALBERTINI; COSTA E MIRANDA (2019).	BDENF Revista Subjetividades	População: Participaram desta pesquisa quatro participantes entre 21 e 42 anos. Abrangência: O estudo abrange uma população variada, pois são diversos os públicos que se interessam sobre o assunto.	Resultados: Os relatos apontam a adolescência e o começo da idade adulta como a etapa de vida em que a percepção de comportamentos atípicos iniciada na infância e as manifestações dos afetos e desejos sexuais trazem à tona a questão da identidade sexual. Considerações: Os autores apontam como um período complexo, porém, variante, esta fase de descoberta de identidade sexual.
Art.4	Violência e vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens homossexuais e bissexuais. FERNANDES et al., (2017)	Scielo Revista Acta Paulista de Enfermagem	População: Jovens homossexuais e bissexuais Abrangência: Participaram deste estudo, 13 jovens soroconvertidos entre 13 e 24 anos.	Resultados: Evidenciaram-se quatro categorias temáticas: “Homofobia e bullying”, “Violência sexual, familiar e institucional”, “Busca de apoio” e “Amor e apaixonamento”. Considerações: Os jovens homossexuais e bissexuais vivenciaram repetidas situações de agressões ao longo da infância e adolescência, percebendo as violências sexuais, familiares e institucionais como mais dolorosas e de difícil enfrentamento, e que apresentam relação com a vulnerabilidade ao HIV/AIDS.
Art.5	“Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. LIONÇO et al., (2018).	MEDILINE Revista Psicologia Política	População: Propõe mapear as estratégias argumentativas adotadas em livros publicados sobre “ideologia de gênero” e nas proposições legislativas que visam censurar o debate sobre gênero e sexualidade nas	Resultados: A fragilidade argumentativa que pode ser identificada nos livros que atacam os estudos de gênero é notória, sobretudo porque carecem de contextualização e evidências empíricas. Considerações: Segundo os autores que foram citados neste

			escolas a partir deste argumento. Abrangência: Analisa uma amostra de publicações disponíveis no mercado editorial brasileiro sobre “ideologia de gênero”, bem como as proposições legislativas apensadas em torno do projeto Escola Sem Partido.	estudo, os textos dos projetos de lei e os debates aqui analisados, a “ideologia de gênero” constitui um grave risco para a civilização, implicando risco para as famílias, especialmente para as crianças, e para a nação.
Art.6	O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião. VENÂNCIO E BELMONTE (2017).	Scielo Revista Latinoamericana	População: O artigo analisa o debate na mídia impressa em torno do projeto de lei 717/03, apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em agosto de 2003, que previa o uso de verbas públicas para a “mudança da homossexualidade”. Abrangência: O estudo abrange a população LGBT do Rio de Janeiro, pois os textos voltam-se para a análise de uma proposta de um parlamentar que buscou usar verba pública para “tratar” pacientes homossexuais.	Resultados: Os resultados deste estudo apontam para uma derrubada do projeto de lei nº 717/03 que foi apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que pretendia usar recursos públicos para a criação do programa de auxílio às pessoas que voluntariamente optarem pela mudança da homossexualidade. Considerações: O estudo apontou que a visão religiosa, neste caso, evangélica, perdeu para a visão científica no tocante ao tipo de texto produzido quanto a sexualidade e a homossexualidade.
Art.7	Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. BAÉRE E ZANELLO (2020)	Scielo Revista Psicologia em Estudo	População: Homens gays, bissexuais e heterossexuais que já manifestaram o comportamento suicida. Abrangência: A abrangência desta pesquisa se dá no âmbito nacional, porém, ela busca dados internacionais.	Resultados: A partir das categorias apresentadas à luz das teorias das masculinidades, foram apresentados os contextos de violência e também esmiuçados os conteúdos referentes ao intenso sofrimento psíquico, que direcionam homens de distintas orientações sexuais ao comportamento suicida. Considerações: Nesse trabalho, observa-se que os participantes gays e bissexuais romperam com a virilidade sexual normativa no plano da orientação do desejo e, em alguns casos, com a performance de uma masculinidade virilista.
Art.8	Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à	Scielo Revista Latinoamericana	Público: O público desta pesquisa são membros e ex-membros do Centro Estadual de Combate à	Resultados: Buscando compreender como o Estado brasileiro tem respondido às demandas da militância LGBT

	Homofobia de Pernambuco. FEITOSA (2019)		Homofobia de Pernambuco. Abrangência: A abrangência se dá em torno do Estado do Pernambuco.	por políticas públicas de proteção social, resta claro que a escolha por investigar o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco não dá conta de responder precisamente ao problema em razão de sua amplitude e complexidade. Considerações: Concluí também que o diálogo e as interlocuções entre os entes federativos, quando se trata de políticas LGBT, são frágeis e pouco sistematizados a respeito do papel e da função de cada ente federado na promoção da cidadania LGBT no país.
Art.9	Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. RONDINI, TEIXEIRA-FILHO, TOLEDO (2017).	LILACS Revista Psicologia USP	População: Estudo realizado com 2.159 alunos e alunas do ensino médio de três cidades do interior paulista. Abrangência: A abrangência se dá no estado de São Paulo.	Resultados: O estudo mostrou que a tolerância moderada em relação à homossexualidade dos jovens da amostra é uma realidade que necessita de atenção das políticas públicas em educação, visando estratégias para a desconstrução de estereótipos de gênero e erradicação da homofobia, lesbofobia e transfobia entre adolescentes. Considerações: Os dados apresentados servem de alerta e reflexão, pois, apesar de a amostra ter apresentado tolerância moderada em relação à homossexualidade dentro dos fatores elencados, ainda assim esperava-se que a homossexualidade pudesse ser considerada manifestação tão banal do desejo quanto a heterossexualidade e, como tal, fosse aceita incondicionalmente pela sociedade.
Art.10	Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. GUIMARÃES et al., (2020)	LILACS RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde.	População: Pessoas LGBT (PNAIPLGBT) na atenção básica de saúde. Abrangência: A abrangência desta pesquisa é nacional, uma vez que se trata da Política Nacional de Atenção Integral à População LGBT.	Resultados: Os participantes relatam ausência ou limitação de conhecimento sobre a PNAIPLGBT. Considerações: A falta de conhecimento sobre o público LGBT e o despreparo dos profissionais de saúde para acolher o público em questão resultam na restrição do acesso da população LGBT aos serviços de saúde.

Fonte. Elaboração do próprio autor (2021).

Diante do quadro anterior, a síntese dos artigos resultou em três categorias analíticas: O olhar homofóbico em seus aspectos socioculturais; Políticas de assistência à população LGBTQIA+, Violência e vulnerabilidade das pessoas LGBTQIA+: percepção e ação da enfermagem. Quanto a estas categorias, discorreremos a opinião de diversos autores a fim de ampliarmos o conhecimento acerca do assunto central desse trabalho.

Nesta realizamos uma análise semiótica dos 10 artigos selecionados para este trabalho. De forma mais abrangente é preciso destacar que a homofobia é um problema social que afeta grande parte da população homossexual do mundo. Estas agressões são responsáveis por muitas mortes de pessoas LGBTQIA+. De modo que é relevante destacar o papel dos profissionais da área da saúde no que concerne aos esclarecimentos acerca do fator genético que leva o indivíduo a apresentar determinadas características de sua sexualidade.

Os julgamentos a que se dirige uma parte da sociedade sobre as pessoas LGBTQIA+ revelam o quanto esta mesma sociedade precisa evoluir no tocante ao fator respeito às diferenças. Esta tem sido uma preocupação de alguns órgãos responsáveis pelo acolhimento a pessoas homossexuais, instituições de acolhimento e ONGs se tornam parceiros da disseminação do conhecimento.

Os artigos selecionados para esta análise representam alguns aspectos que se destacam no campo da homofobia, são eles: violência, vulnerabilidade, ideologia de gênero, o debate legislativo sobre a homofobia e os casos de suicídio ocasionado pelas ações homofóbicas interligadas à masculinidade.

Quanto aos dez artigos destacados neste estudo vale ressaltar que cada um deles traz uma temática diferente, porém, todas interligadas ao descritor: homofobia.

4.1 O OLHAR HOMOFÓBICO EM SEUS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

Os “estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero” foi escrito por Gaspodini e Falcke (2019). Os autores procuraram investigar a abordagem realizada pelos pesquisadores brasileiros no ramo da Psicologia no tocante ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

Vale destacar que os autores do trabalho supracitado procuraram analisar o olhar de outros pesquisadores em 16 bases de dados que estão associados três importantes canais de pesquisa científica, sendo eles: CAPES, EBSCOHost, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). As

conclusões que os autores chegaram “considera-se que estudos brasileiros sobre preconceito contra pessoas não heterossexuais ou não cisgêneros apresentam alguns problemas teóricos e metodológicos”.

Acerca das “Narrativas fora do armário: a identidade sexual de homens gays na cidade” destaca-se que foi escrito por Rafael Zanata Albertini, Márcio Luís Costa, Rodrigo Lopes Miranda (2019). Os autores acrescentam que “o estudo deles visa a investigar os processos de reconhecimento da identidade gay em uma capital brasileira a partir de entrevistas narrativas com quatro participantes entre 21 e 42 anos”. É fato que pelo tamanho geográfico de uma capital e considerando todas as variantes, possivelmente os fatores de violência e agressão também podem aumentar.

Deste modo, em termos de políticas, resta o desafio de reforçar ações de campanhas educativas que visem a contemplar não apenas o combate à discriminação em espaços públicos, mas também chegar ao espaço privado das famílias, em que formas veladas e potencialmente nocivas continuam a comprometer o desenvolvimento saudável. Portanto, trata-se de diversas mudanças, que costuma demandar certo tempo (ALBERTINI; COSTA; MIRANDA, 2019).

Os autores defendem em suas argumentações que uma mudança de comportamento se faz necessária para que haja de fato a superação dos conflitos existenciais em relação ao preconceito e a homofobia. Vale lembrar que estas duas atitudes estão atreladas ao comportamento inadequado dos homofóbicos e não dos LGBTQIA+.

Conhecer sobre “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso, produzido por Tatiana Lionço, Ana Clara de Oliveira Alves, Felipe Mattiello, Amanda Machado Freire (2018). Os autores apontam que “a ideologia de gênero tem sido o principal argumento de fundamentalistas religiosos/as e extremistas conservadores/as para a ofensiva contra direitos sexuais no Brasil, com ênfase para o cerceamento da educação sobre gênero e sexualidade nas escolas”. Nesse sentido é importante que nós estejamos integrados a esse luta a fim de garantir os direitos fundamentais de existenciais, previsto a constituição.

Essa “argumentação” soa muito mais como viés ideológico partidário e segregador do que mesmo como uma defesa de que a escola não deve tratar destes assuntos. No entanto, não somente nas escolas, bem como também em todas as repartições públicas ou privadas, deve-se trabalhar com foco no acolhimento e na formação humana, buscando romper os pensamentos

homofóbicos e opressores, visto que a educação voltada para a conscientização pode acontecer em qualquer ambiente.

Acerca das “Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio” dos autores Carina Alexandra Rondini, Fernando Silva Teixeira Filho, Livia Gonsalves Toledo (2017). Destacamos que, segundo os autores:

[...] este trabalho apresenta os resultados de um estudo realizado com 2.159 alunos e alunas do ensino médio de três cidades do interior paulista. Os dados, obtidos pelo uso de uma escala Likert, foram analisados por uma técnica estatística multivariada. Análise fatorial foi realizada, e seis fatores (extraídos pelo método das componentes principais e o método de rotação oblíqua) favoreceram a interpretação das possíveis correlações entre as concepções homofóbicas apresentadas nos itens (RONDINI; TEIXEIRA-FILHO; TOLEDO, 2017, p. 57).

Este estudo teve como lócus de pesquisa uma escola. Sendo este espaço público, para de disseminação do conhecimento, não deveria expressar-se de forma preconceituosa em nenhuma instância. Nesse sentido, é primordial dizer que o combate à homofobia também não deve ter um lugar específico, ao contrário, todos os espaços (público ou privado) devem ser palco das lutas em prol de uma sociedade mais justa e humana.

4.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião, das autoras Ana Teresa Acatauassú Venâncio e Pilar Rodriguez Belmonte (2017), apresenta, um posicionamento dos políticos a respeito do uso de verbas públicas para usar a religião na vida sexual das pessoas. O artigo analisa o debate na mídia impressa em torno do projeto de lei 717/03, apresentado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro em agosto de 2003, que previa o uso de verbas públicas para a “mudança da homossexualidade”.

É imprescindível destacar estas falas das autoras acerca do discurso legislativo que tratava o projeto de lei 717/2003,

[...] apresentado pelo deputado Edino Fonseca – pastor da Assembleia de Deus e membro da bancada evangélica da ALERJ pelo Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) – a proposta legislativa foi derrotada em votação em 12 de dezembro de 2004. Deixou-nos, no entanto, o testemunho de como os campos político, científico e religioso podem tecer articulações entre si, resignificando as relações natureza/cultura e normal/patológico ao operarem com valores caros às sociedades

modernas contemporâneas, como o livre arbítrio e a responsabilidade individual. (VENÂNCIO; BELMONTE, 2017, p. 103).

O artigo lido reforça a ideia de que alguns discursos de ódio parte da ignorância e também de idealismos e fundamentalismos que corroboram com a crescente corrente de disseminação do ódio contra as pessoas LGBTQIA+ isto reforça também a ideia de cada vez outras repartições públicas devem incorporar a luta contra todos os tipos de preconceito. Nesse sentido, considerando a saúde é um direito fundamental assegurado a todo cidadão, cabe salientar que os espaços e os agentes que promovem a saúde pública no Brasil devem desenvolver também o papel de multiplicador da corrente do bem em função da quebra de paradigmas acerca dos diversos assuntos que envolvem a sexualidade humana, dentre elas a homossexualidade.

A “Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil” de autoria de Nilo Plantiko Guimarães, Rafaela Lirio Sotero, João Paulo Cola, Suzana Antônio (2020) traz uma informação em suas primeiras linhas onde afirma: “A população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), por não se encaixar nos padrões heteronormativos, recebe um tratamento pejorativo e excludente, o que limita o acesso aos serviços de saúde” (GUIMARÃES, et. al., 2020). Gostaríamos de destacar que os serviços de saúde não podem de forma alguma ser negado às pessoas LGBTQIA+, principalmente se motivado pelo não seguimento aos padrões heteronormativos, não existe justificativa plausível para tais comportamentos.

Considerando que o público LGBT historicamente foi negligenciado, sofreu e ainda sofre preconceitos, e que atualmente necessita de um atendimento que visa à equidade para um acesso de qualidade na assistência de saúde prestada na Atenção Básica, surge a necessidade de conhecer e avaliar o papel do profissional enfermeiro na implementação da política LGBT” (GUIMARÃES et al., 2020, p.374).

O tema “negligência” voltada ao público LGBTQIA+ não pode e nem deve se fazer presente nos espaços públicos e privados que prestam serviços de saúde à população. Para tanto, além, de informação, é preciso despertar a conscientização de que cada profissional de saúde traz consigo um juramento e uma missão de salvar vidas e neste juramento não há espaço para escolher que tipo de vida deve-se salvar, todas são importantes.

As políticas de atendimento à saúde da população são diversas e precisam ter os incentivos de políticas públicas, para isso, é necessária uma visão humanitária e, principalmente, seriedade na distribuição dos recursos públicos, destinados à saúde.

A respeito do que preconiza essa política, ainda pouco se observa de interesse e incentivo das diversas esferas de gestão e dos profissionais de saúde em trazer o tema para discussão nos variados setores. Nesse contexto a atenção básica, por ser o primeiro contato do cidadão com o sistema de saúde, e tendo como pilares o acolhimento integral e a continuidade do cuidado, projeta-se como ambiente propício para ações de educação em saúde (ALBUQUERQUE, BOTELHO, RODRIGUES, 2019).

Nesse sentido, o referido estudo volta-se para a compreensão que o enfermeiro precisa ter no tocante aos cuidados necessários no atendimento a pessoas homossexuais, deixando claro que a condição sexual não deve ser um fator relevante frente ao atendimento, visto que de modo geral isso não impõe nenhuma diferença no tratamento que deve ser adotado.

4.3 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE DAS PESSOAS LGBTQIA+: PERCEPÇÃO E AÇÃO DA ENFERMAGEM.

Acerca do “Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil” produzido por Pedro Afonso Cortez, Marcus Vinícius Rodrigues de Souza, Ana Paula Salvador, Luís Fernando Adas Oliveira (2019, p. 1), os autores destacam que:

As práticas de violência permeiam diferentes contextos sociais, perpassando inclusive os espaços laborais. Nesse sentido, é fundamental promover o trabalho inclusivo, pois as práticas de dominação no trabalho relegam à marginalização diferentes atores sociais, incluindo mulheres e LGBTQIA+, ocasionando prejuízo à saúde psicossocial desses grupos.

Outra observação importante que o artigo traz em suas considerações finais diz que: “Em grande parte, o que inviabiliza mudanças concretas em práticas educativas, orientação profissional e condições de organização do trabalho inclusivo é a atuação em favor do retrocesso exercido por meio de atores sociais que se encontram em posição de protagonismo atualmente”.

Nesse sentido, é preciso refletir que a atuação dos profissionais de saúde no combate aos atos de homofobia terá um grande significado para as vidas de muitas pessoas LGBTQIA+, uma vez que é na prática diária que se consegue alcançar os objetivos deste trabalho acadêmico.

Debater sobre as “Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco” de autoria de Cleyton Feitosa datado de 2019 é uma necessidade urgente. De acordo com o autor do artigo:

O presente trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa conduzida no Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. Através de entrevistas realizadas com membros e ex-membros do órgão, investigo como ele atua para minimizar a violência contra a população LGBT (FEITOSA, 2019, p. 91).

É fato que a homofobia é um problema social que afeta de forma negativa a vida de muitas pessoas e isto não acontece somente no Brasil, muito menos só em Pernambuco é um problema global, com ênfase maior em alguns países, dentre eles o Brasil. Porém, o trabalho de Feitosa (2019) investiga em seu artigo acadêmico versa sobre a atuação de profissionais que lidam com casos de homofobia que outras pessoas sofrem.

Destaca-se, por fim, as falas do autor a cerca dos resultados da pesquisa realizada no Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco, destacam que:

Em relação às principais formas de atuação do Centro, afora um conjunto diversificado de serviços jurídicos, psicológicos e socioassistenciais ofertados à população, o órgão investe consideravelmente em processos formativos tanto para a população LGBT, em temas como cidadania e direitos, quanto para o corpo de servidores de outros setores estatais com o intuito de sensibilizar esses funcionários e qualificar o atendimento no serviço público (FEITOSA, 2019)

Estes serviços ou estes modelos de “centros” deveriam fazer parte dos governos e está a disposição da população, visto que as políticas de assistência às pessoas LGBTQIA+ ainda são poucas e precisam ser diversificadas.

No tocante a “Violência e vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens homossexuais e bissexuais” feito pelos autores Hugo Fernandes; Eleonora Menicucci de Oliveira; Renato Nabas Ventura; Ana Lúcia de Moraes Horta; Celina Daspett, o qual ao ser usado em trabalhos acadêmicos usa-se o sobrenome do primeiro autor e cita-se FERNANDES et. al., (2019). Nesse artigo os autores buscaram “conhecer as percepções de jovens que se identificam como homossexuais ou bissexuais sobre violências vividas e identificar as possíveis relações com a vulnerabilidade ao HIV/AIDS”.

Para tanto, vale destacar que os autores evidenciaram-se quatro categorias temáticas: “Homofobia e bullying”, “Violência sexual, familiar e institucional”, “Busca de apoio” e “Amor e apaixonamento”. Esse estudo mostrou que:

Os jovens homossexuais e bissexuais vivenciaram repetidas situações de agressões ao longo da infância e adolescência, percebendo as violências sexuais, familiares e institucionais como mais dolorosas e de difícil enfrentamento, e que apresentam relação com a vulnerabilidade ao HIV/AIDS. (FERNANDES, et. al. 2019, p. 395).

É necessário, sobretudo, compreender que as relações vividas por jovens e adolescentes estão sujeitas a todo tipo de atitudes, desde as mais amáveis até as mais abusivas. E não compete à sociedade fazer julgamento de valores e sim de estender a mão num gesto de respeito e humanidade.

Discorrer sobre “Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades”, dos autores Felipe de Baére e Valeska Zanello e publicado em 2020 é uma oportunidade de debater um assunto polêmico e necessário nos dias atuais.

De acordo com os autores deste artigo:

A epidemiologia brasileira do comportamento suicida, no que tange ao gênero, é análoga à maioria dos países no cenário internacional, de acordo com a pesquisa da Organização Mundial de Saúde, envolvendo 172 nações. No Brasil, o número de óbitos por suicídio é de três a quatro vezes maior, entre os homens e, além disso, pesquisas revelam que a prevalência de tentativas de autoextermínio pode ser maior na população sexo-diversa masculina (BAÈRE; ZANELLO, 2020, p. 1).

É necessário fazer uma reflexão sobre os danos que a homofobia ocasiona na vida das pessoas LGBTQIA+ e sobre o que a sociedade tem feito para que os números de morte por suicídio, relacionados à homofobia possam diminuir. É preciso ressaltar que este tema é um debate complexo, porém necessário, haja vista que o papel da sociedade e principalmente dos profissionais da saúde é o de promover a qualidade de vida.

Por fim, os autores apresentam a seguinte mensagem: “A partir das categorias apresentadas à luz das teorias das masculinidades, foram apresentados os contextos de violência e também esmiuçados os conteúdos referentes ao intenso sofrimento psíquico, que direcionam homens de distintas orientações sexuais ao comportamento suicida”. (BAÈRE; ZANELLO, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado buscou despertar um olhar crítico acerca da temática "homofobia", visto que a profissão de enfermeiro permite o contato direto com várias famílias e por esta razão ao se perceber casos de agressões motivados pelo tema em questão, o profissional de saúde, deve procurar desenvolver um trabalho que venha ajudar as vítimas. E na observância da negação de atendimento por parte dos profissionais de saúde é dever de todos, denunciar tais atitudes.

O próprio tema deste estudo remete aos atos de violências gerados pela homofobia e ao mesmo instante ele também disserta sobre a resistência no tocante ao enfrentamento da violência contra a sexualidade alheia. O estudo relatou que a resistências das pessoas LGBTQIA+ parte das ações que o próprio movimento busca realizar para amenizar os sofrimentos que muitos vivenciam. O estudo versou sobre a homofobia no âmbito familiar e vendo que na profissão de enfermagem possibilita diversas formas de contato com as famílias, o mesmo apresenta-se como uma via de resistência à ação dos enfermeiros no combate a homofobia. É pertinente dizer que o elo mais forte deveria existir no seio da família, onde o amor, a tolerância e o respeito deveriam ser à base de sustentação da sociedade. No entanto, estes pilares, passam a ser ignorados no momento em que qualquer membro da família pratica atos homofóbicos. E quando as vítimas buscam atendimento médico e este lhe é negado devido a sua orientação sexual, este fato precisa denunciado às autoridades competentes a fim de que haja o devido reparo dos danos duplamente causados a estas pessoas.

Ademais é necessário discutir mais sobre este assunto, principalmente junto aos profissionais da enfermagem, haja vista que o papel do enfermeiro é zelar pela vida e em hipótese alguma negar assistência independente da vítima ser heterossexual ou homossexual. Nesse sentido, conhecer os efeitos nocivos da homofobia continua sendo um grande avanço, uma vez que conhecendo têm-se mais chances de ajudar a combater e evitar casos de agressões nas famílias, fato que reflete diretamente na sociedade. Contudo, é pertinente relatar que foi encontrado pouco material que apresentasse bases científicas acerca do tema atuação de enfermagem relacionada à população LGBTQIA+. Assim, torna-se notório a necessidade de mais estudos relacionados à assistência da enfermagem voltada a pessoas vítimas da violência, uma

vez que são estes profissionais que ocupam a linha de frente no acolhimento dos serviços de saúde, portanto necessitamos de mais conhecimento acerca do mundo LGBTQIA+.

Portanto, a perspectiva que o estudo se desenhou foi de realizar uma discussão com autores diversos e os respectivos leitores dessa pesquisa, a fim de dialogar sobre a pluralidade sexual e sobre a violência causada a população LGBTQIA+. Deste modo, é pertinente relatar que estudos posteriores sobre a homofobia familiar na concepção da enfermagem necessitam ser explorados, uma vez que muitas são as dúvidas e que, portanto, cabem novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTINI; COSTA; MIRANDA. Narrativas fora do armário: a identidade sexual de homens gays na cidade. **Revista Subjetividades**, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v19n2/03.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.
- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar [et al.]. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde Debate**, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2016.v40n109/100-111/pt> Acesso em: 12 Nov. 2020.
- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Saúde em Debate** - 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a15v37n98.pdf> Acesso em: 12 Nov. 2020.
- BAÉRE, Felipe; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades, 2020. **Psicologia em Estudo**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v25/1807-0329-pe-25-e44147.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> Acesso em: 12 Nov. 2020.
- BIROLI, Flávia. Família: **Novos Conceitos** [Coleção O que saber]. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf> Acesso em: 06 Nov. 2020.
- BORRILLO, Daniel. A homofobia. Homofobia e Educação, **Letras Livres**, 2009. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01242485/document> Acesso em: 06 Nov. 2020.
- BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES, São Paulo – 2019. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf Acesso em: 07 Nov. 2020.
- BRASIL – **LEI Nº 7.716/89** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm Acesso em: 07 Nov. 2020.
- CARVALHO, Juana Regina de Andrade; TAVARES, Felipe Cavaliere. Criminalização da lgbtfobia como forma de proteção à dignidade humana. **LEGIS AUGUSTUS**, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/legisaugustus/article/view/422/192> Acesso em: 07 Nov. 2020.
- CORTEZ, Pedro Afonso [et al.]. Sexismo, misoginia e LGBTQ fobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/physis/v29n4/0103-7331-physis-29-04-e290414.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

COSTA, Crístofer Batista da; MACHADO, Mariana Rodrigues; WAGNER, Márcia Fortes. Percepções do Homossexual Masculino: Sociedade, Família e Amizades. **Temas em Psicologia**, 2015. Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751492020.pdf> Acesso em: 12 Nov. 2020.

DANTAS, Monica Lucia Gomes; PEREIRA-NETO, André de Faria. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no Facebook “Rio sem Homofobia - Grupo Público”. **Cadernos do Tempo Presente**, 2015. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/DiscursoHomofobico.pdf> Acesso em: 06 Nov. 2020.

DELGADO, Paulo; CARVALHO, João; S-PINTO, Vânia. SIPS - Pedagogia Social. Revista Interuniversitaria. **Tercera Época**. Disponível em: <http://abre.ai/bCQs> Acesso em: 29 Set. 2020.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04.pdf> Acesso em: 06 Nov. 2020.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana** 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sess/n32/1984-6487-sess-32-90.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

FERNANDES, Hugo. [et al.] Violência e vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens homossexuais e bissexuais. **Acta Paulista de Enfermagem**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v30n4/0103-2100-ape-30-04-0390.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Cláudia. Abrindo os armários do acesso e da qualidade: uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LGBTT. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2020.v25n5/1765-1778/pt> Acesso em: 12 Nov. 2020.

GAMA-ZON, Giulia Freitas Barbosa. **A proteção legal dos novos arranjos familiares**. Vitória, 2018. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/331/1/GIULIA%20FREITAS%20BARBOSA%20GAMA%20ZON.pdf> Acesso em: 06 Nov. 2020.

GASPODINI, Ícaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v10n2/a05.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/53458325/como-elaborar-projetos-de-pesquisa-6-ed>
Acesso em: 07 Nov. 2020.

GOMES, Ana Maria; REIS, Aparecido Francisco dos; KURASHIGE, Keith Diego. Violência e homofobia: um estudo sobre o preconceito e a agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6547> Acesso em: 06 Nov. 2020.

GONÇALVES, Juliana Rodrigues. **Percepção de pacientes LGBTTT quanto à interação com os profissionais de enfermagem em situação de atendimento**. MOSSORÓ, 2017. Disponível em: <http://www.sistemasfacenern.com.br/repositorio/admin/acervo/d09c869a57fca1533d0cac6754a197e4.pdf> Acesso em: 12 Nov. 2020.

GUIMARÃES, Nilo Plantiko [et al.] Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil, RECIIS – **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1102546/1712-8454-1-pb.pdf> Acesso em: 16 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. Disponível em: <http://abre.ai/bCQd> Acesso em: 28 Set. 2020.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. **Manual de produção científica** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf Acesso em: 12 Nov. 2020.

LEANDRO, Kallyne Nascimento Silva [et al.]. A defesa de direitos do público LGBTTT: uma análise do serviço social. **Revista INTERFACES**, 2016. Disponível em: <http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/308/217> Acesso em: 12 Nov. 2020.

LIMA, Leticia Alves. Gêneros e Sexualidades: uma análise dos currículos de enfermagem das Universidades Federais do Brasil. Leticia Alves Lima - Brasília: Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15581/1/2016_LeticiaAlvesLima_tcc.pdf Acesso em: 17 abr. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> Acesso em: 07 Nov. 2020.

LIONÇO, Tatiana. [et al.] “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a11.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

NAGAFUCHI, Thiago. A urgência do debate sobre o suicídio das pessoas LGBTQIA+: experiência e subjetividade. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)**. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/229/162> Acesso em: 06 Nov. 2020.

NATARELLI, Taison Regis Penariol. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery** 2015; 19(4):664-670 Disponível em: <http://abre.ai/bCQn> Acesso em: 05 Out. 2020.

OLIVEIRA, Sérgia Rodrigues de [et al.]. O Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família e o Cuidado à População LGBT. **INTERNATIONAL NURSING CONGRESS**, 2017. Disponível em: <http://abre.ai/bCP4> Acesso em: 29 Set. 2020.

OLIVEIRA, Mariana; BÁRBIERI, Luiz Felipe. **STF permite criminalização da homofobia e da transfobia**. TV Globo e G1 - Brasília, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml> Acesso em: 12 Nov. 2020.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Natal, Brasil. Disponível em: <http://abre.ai/bCQF> Acesso em: 04 Out. 2020.

RONDINI, Carina Alexandra; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; TOLEDO, Livia Gonsalves. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia USP**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n1/1678-5177-pusp-28-01-00057.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, Maycon Regis Nogueira dos; GODOY, Emerson André de. Família e escola: a construção da homofobia no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**. 2019. Disponível em: <http://abre.ai/bCQI> Acesso em: 04 Out. 2020.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312/1745> Acesso em: 06 Nov. 2020.

SHIHADDEH, Nizar Amin; PESSOA, Elisângela Maia; DA SILVA, Fabiane Ferreira. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, n. 58, p. 172-194, 2021.

SILVA, Alessandro Soares da; ORTOLANO, Fábio. Narrativas psicopolíticas da homofobia. **Revista Trivium Est. Interd.** -2015, p.1-18. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v7n1/v7n1a02.pdf> Acesso em: 07 Nov. 2020.

SILVA, Diana Daiane da. [et al.] Assistência de enfermagem na atenção básica a população homossexual da cidade de Caicó-RN. **Temas em Saúde** - 2018. Disponível em: <http://abre.ai/bCP7> Acesso em: 29 Set. 2020.

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, 2016. Disponível em: <http://abre.ai/bCQc> Acesso em: 05 Out. 2020.

SILVA, Mônica Magrini de Lima [et al.] Família e Orientação Sexual: Dificuldades na Aceitação da Homossexualidade Masculina. Temas em Psicologia, 2015. **Sociedade Brasileira de Psicologia**. Ribeirão Preto, Brasil. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a12.pdf> Acesso em: 06 Nov. 2020.

SILVEIRA, Miguel Soares. **Criminalização da LGBTfobia à luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. Monografia de conclusão de curso apresentada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre- 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184155/001077117.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07 Nov. 2020.

SOARES, Cassia Baldini [et al.] Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reusp/v48n2/pt_0080-6234-reusp-48-02-335.pdf Acesso em: 07 Nov. 2020.

TEIXEIRA, Raphael dos Santos. **Criminalização da LGBTfobia : uma análise comportamental de projetos de lei** /- Bauru, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190920/teixeira_rs_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em: 07 Nov. 2020.

TOLEDO; Livia Gonsalves; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. **Laços de família e segredos (sexuais) compartilhados: narrativa de história de vida de uma jovem dissidente em uma família homofóbica**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/127081/ISSN2316-6185-2014-08-11-100.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 06 Nov. 2020.

VENÂNCIO, Ana Teresa Acatauassú; BELMONTE, Pilar Rodriguez. O debate legislativo carioca sobre a “mudança da homossexualidade”: ciência, política e religião. Sexualidad, Salud y Sociedad REVISTA LATINOAMERICANA, 2017 - pp.103-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sess/n26/1984-6487-sess-26-00103.pdf> Acesso em: 17 abr. 2021.

**APENDICE A – PROTOCOLO DE BUSCA PARA REVISÃO INTEGRATIVA
PROTOCOLO DE BUSCA**

Tema: Homofobia familiar: uma busca pela resistência sob o olhar da enfermagem
1) Objetivo: Realizar uma revisão integrativa sobre a representação da homofobia na vida das pessoas homossexuais.
2) Questão norteadora: quais as razões que motivam a homofobia e até onde o profissional enfermeiro pode oferecer algum tipo de assistência?
3) Recursos humanos: 1 Professora orientadora 1 aluno graduando em enfermagem
4) Participação dos pesquisadores • O graduando de enfermagem realizará a busca na literatura, bem como a análise dos achados e a produção do manuscrito. • A pesquisadora orientadora indicará todo o processo de produção da revisão integrativa, desde a ideia inicial à aprovação final para publicação.
5) Estratégias de busca (pesquisa avançada)
Base de dados ❖ Base de dados 1: LILACS ❖ Base de dados 2: BDENF ❖ Base de dados 3: SCIELO ❖ Base de dados 4: MEDILINE
Descritores: Homofobia, Família, Violência, Enfermagem..
Cruzamentos (ALL) Homofobia AND Família, Homofobia AND Violência Homofobia AND Enfermagem..
6) Seleção dos estudos ➤ Critérios de inclusão: • Artigos completos publicados em periódicos indexados nas bases de dados supracitados, que

estejam de acordo com os objetivos da pesquisa, disponíveis no idioma português e datem sua publicação nos últimos cinco anos (jan/2015 à jan/ 2020).

➤ Critérios de exclusão:

- Artigos que não contemplem os descritores básicos desse estudo, que estejam com data de publicação fora do intervalo temporal dos últimos cinco anos; artigos repetidos nas bases de dados, editoriais, cartas ao editor e manuais.

7) Estratégia para coleta de dados dos estudos

- Instrumento construído para tal finalidade

8) Sínteses dos dados

- Aplicação do teste de relevância;
- Caracterização dos estudos;
- Extração de informações da bibliografia selecionada com o auxílio do instrumento construído e validado por Ursi e Galvão (2006) e adaptado para as peculiaridades desta temática;

APÊNDICE B – INSTRUMENTO PARA EXTRAÇÃO DE DADOS

Quadro sinóptico² - Especificações dos artigos utilizados na revisão integrativa

QUADRO SINÓPTICO				
Nº Art.	Título/autores/anos de publicação	Base de dados/ Periódicos.	População estudada/ abrangência do estudo	Resultados e considerações.
Art. 1				
Art.2				
Art.3				

² Instrumento construído e validado por Ursi e Galvão (2006), adaptado para as peculiaridades desta temática em pesquisa.